



José Luís Moreira da Silva

Sócio SRS Advogados

articultistas@transportesemrevista.pt

**destinos**  
 OPINIÃO

## Que fazer com estes transportes?

Que fazer com estes transportes públicos urbanos de passageiros de Lisboa e do Porto? Esta é, forçosamente, a grande pergunta do Governo nos últimos anos, para não dizer décadas. Infelizmente, até hoje ainda não encontrou resposta! Manter como empresa pública, entregar aos municípios, gerir via autoridades metropolitanas de transportes, privatizar ou concessionar como a troika exigia...

Enfim, a última versão foi a da subconcessão para parquear a dívida elevada, assim tendo lançado em agosto concursos para o Metro do Porto e STCP, muito pressionado pelo facto de a atual subconcessão do Metro do Porto estar a chegar ao seu termo. Os concursos para Lisboa e para os suburbanos da CP mantêm-se adiados "sine" dia, embora com permanente promessa de saírem.

Diríamos que lançar um concurso no verão já deve querer dizer alguma coisa, pois não é com certeza a melhor altura do ano para obter um grande entusiasmo de potenciais interessados, até tendo em conta que o concurso – fosse qual fosse – já vinha a ser adiado desde o ano anterior e muitos já não acreditavam que se viesse a realizar!

Mas, depois de analisados os documentos do concurso, a surpresa foi ainda maior. A exigência exagerada de alguns documentos, os erros nas fórmulas, os pressupostos irrealistas, tudo contribuiu para os potenciais interessados – e até havia alguns bem relevantes e entusiasmados – perceberem que este concurso não poderia ser para ser levado a sério!

Pressionado pelo tempo e pela necessidade, o Governo admitiu corrigir os termos do concurso, mas o mal está feito e a credibilidade ficou irremediavelmente afetada. O sentimento no mercado nacional e internacional é de desilusão! Mesmo os novos termos deixam muito a desejar em relação ao que o mercado previa.

Pode ainda vir-se a concretizar a operação, designadamente por razões políticas, mas

temo que se perdeu uma excelente oportunidade para resolver bem uma questão que se arrasta desde há décadas sem solução.

Perdeu-se a oportunidade, pois neste momento estavam criadas as condições e havia interessados dispostos a pegar nas companhias de transportes públicos urbanas portuguesas e dar-lhes a eficiência de gestão que o setor público não pode ter, com economias de escala pela sua integração em grupos maiores e relevantes, com experiência firmada em outros mercados maduros.

A transferência para o setor privado da gestão dos transportes públicos urbanos, com um adequado contrato de concessão, que especifique os direitos e deveres de cada parte, seria uma mais-valia e a única forma de rentabilização de um ativo público tão relevante e com tanta repercussão social.

Face ao que temos vindo a assistir por parte do Governo fica-nos a dúvida se este não está – mesmo que involuntariamente – refém de interesses que no passado tanto têm contribuído para o problema, nunca sabendo ou querendo ajudar na solução!

Os mesmos que têm impossibilitado que as Autoridades Metropolitanas de Transporte possam afirmar-se no seu papel essencial na planificação, gestão e financiamento da mobilidade urbana.

Face a tudo isto, permitimo-nos aconselhar ao Governo que faça "reboot", isto é, que anule o concurso que tão mal lançou, e que prepare um novo, de acordo com os reais interesses públicos de mobilidade das populações e de maior eficiência dos gastos públicos.

Para quem já esperou tanto tempo, não é um pouco mais de tempo que impediria o sucesso da operação. Pelo contrário, prosseguir com o atual, mesmo reparado, levará inevitavelmente a poucos (ou nenhuns) interessados ou a fechar precipitadamente a operação em condições que podem não refletir os melhores interesses públicos. O que estamos certos não é o pretendido pelo Governo.